

# Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Anna Paula Lombardi**  
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas  
5**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.  
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA	
<i>Oleg Abramov</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS)	
<i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i>	
<i>Ronaldo Bordin</i>	
<i>Roger dos Santos Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES	
<i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA	
<i>Cassiane Chais</i>	
<i>Jaime João Bettega</i>	
<i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i>	
<i>Oberdan Teles da Silva</i>	
<i>Paula Patrícia Ganzer</i>	
<i>Pelayo Munhoz Olea</i>	
<i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
<i>Neimy Batista da Silva</i>	
<i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i>	
<i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS	
<i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES	
<i>Maria Izabel Machado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5201917017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 89**

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

*Julia Mello dos Santos*

*Karen Costa Krüger*

**DOI 10.22533/at.ed.5201917018**

**CAPÍTULO 9 ..... 94**

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

*Solange dos Santos Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.5201917019**

**CAPÍTULO 10 ..... 105**

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

*Diego Tabosa da Silva*

*Noêmia de Fátima Silva Lopes*

*Rafaella Vanny*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170110**

**CAPÍTULO 11 ..... 117**

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

*Elaine Silva Alegre*

*Liliane Capilé Charbel Novais*

*Marilza de Fátima Souza*

*Rozimeire Stiko Shimizu*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170111**

**CAPÍTULO 12 ..... 129**

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

*Ana Paula Garcia Boscatti*

*Joana Maria Pedro*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170112**

**CAPÍTULO 13 ..... 143**

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

*Letícia Pereira Dourado*

*Lilian Fernanda Silva*

*Dameres Gonçalves Martins*

*Daniele Lopes Ferreira*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170113**

**CAPÍTULO 14 ..... 154**

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Mayéwe Elyênia Alves dos Santos*

*Palloma Maria Gomes Jácome*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170114**

**CAPÍTULO 15..... 165**

SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

*Ângela Kaline da Silva Santos*

*Lucicleide Cândido dos Santos*

*Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170115**

**CAPÍTULO 16..... 173**

PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

*Bismarck Oliveira da Silva*

*Maria Tereza de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170116**

**CAPÍTULO 17 ..... 185**

ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS

*Gisele Caroline Ribeiro Anselmo*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170117**

**CAPÍTULO 18..... 200**

TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

*Mirna Carriel Cleto*

*Marcos Claudio Signorelli*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170118**

**CAPÍTULO 19..... 214**

REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

*Nayanna Sabiá de Moura*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170119**

**CAPÍTULO 20..... 229**

REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

*Nilton Marques de Oliveira*

*Udo Strassburg*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170120**

**CAPÍTULO 21..... 243**

CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

*Mayra Hellen Vieira de Andrade*

*Ingrid Stephany Freire da Silva*

*Angely Dias da Cunha*

*Nirleide Dantas Lopes*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170121**

**CAPÍTULO 22 ..... 256**

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

*Juliano Batista dos Santos*

*Juliana Abonizio*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170122**

**CAPÍTULO 23 ..... 270**

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

*Nei Alberto Salles Filho*

*Daniele Cristina Bahniuk Mendes*

*Thais Cristina dos Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170123**

**CAPÍTULO 24 ..... 280**

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

*Franklin Soldati*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170124**

**CAPÍTULO 25 ..... 294**

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

*Ana Luci Paz Lopes*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170125**

**CAPÍTULO 26 ..... 309**

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

*Patricia Baptista Guerino*

*Marlene Tamanini*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170126**

**CAPÍTULO 27 ..... 324**

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

*Maria Isabel Lopes Perez*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170127**

**CAPÍTULO 28 ..... 335**

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

*Fábio Rodrigo Ferreira Nobre*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170128**

**CAPÍTULO 29 ..... 354**

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

*Vanito Ianium Vieira Cá*

*Jussara Maria Rosa Mendes*

**DOI 10.22533/at.ed.52019170129**

<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>368</b>
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170130</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>385</b>
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170131</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>401</b>
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170132</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>409</b>
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.52019170133</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>425</b>

## REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

### Nayanna Sabiá de Moura

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE).

E-mail: nayannasabia@hotmail.com

**RESUMO:** A interdependência entre os Estados, oriunda do processo de globalização, avultou a percepção de que a política internacional gera impactos na política doméstica, incitando a expansão dos mecanismos de participação de diversas instâncias governamentais na política externa. O processo decisório em Política Externa Brasileira foi historicamente marcado pela preponderância do poder Executivo, especialmente através do insulamento burocrático do Ministério das Relações Exteriores. Desde a redemocratização política no Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988, a política externa brasileira está se consolidando como uma política pública. As pautas de política externa cristalizaram-se como interesse público, sujeitas à apreciação e ao debate político. A transversalidade de pautas internacionais em outras pastas ministeriais e o apelo democrático promoveu uma maior inserção do poder Legislativo no debate sobre política externa. Dito isto, almeja-se analisar a

redemocratização e a participação do Poder Legislativo na política externa brasileira, como ator *ex ante* e *ex post*, identificando em que medida o seu desempenho se constitui como agente de transformação na condução da política externa, tendo em vista os conceitos do Modelo de Hermann de Análise de Política Externa. O Congresso Nacional ainda não atua como um *veto player*, mas a ampliação da participação do Legislativo na deliberação dos Atos Internacionais garante maior legitimidade no processo decisório em política externa.

**PALAVRAS-CHAVE:** PEB; Legislativo; Processo Decisório.

### 1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, os estudos sobre política externa brasileira (PEB) estiveram condicionados às abordagens históricas, com análises sobre continuidades e rupturas (CERVO; BUENO, 2015). Os estudos sobre Análise de Política Externa (APE) brasileira são recentes e estão ampliando a agenda de pesquisa nacional sobre o processo decisório da PEB. Paulatinamente, as pautas de política externa foram ganhando cada vez mais interesse público, sujeitas à apreciação da sociedade civil, fruto do processo de democratização. Essa transformação lenta e gradual foi construindo uma demanda cada vez

maior pelo debate público sobre a forma como o governo, em suas diversas unidades de análise, conduz a sua política externa.

A Análise de Política Externa, enquanto área do conhecimento, surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial, em um diálogo com as teorias do Realismo Clássico. O Estado era tratado como ator unitário do sistema internacional, uma caixa-preta. Essa concepção, que o assemelhava a uma *bola de bilhar*, desconsiderava as dinâmicas domésticas. A abordagem *estadocêntrica* foi sendo paulatinamente substituída por concepções mais pluralistas. A partir da década de 1990, no contexto de pós-Guerra Fria, os Estados passaram a ser cada vez mais interdependentes. Com a globalização, a APE ampliou sua agenda de pesquisa para uma diretriz mais descentralizada, considerando outros atores no processo de formulação da política externa. Dessa forma, a percepção interdisciplinar fez com que diversas matrizes teóricas e metodológicas fossem necessárias para compreender o comportamento dos Estados (HUDSON, 2008, p.11-28).

No âmbito da APE, as contribuições de Putnam (1993), atreladas à concepção pluralista da Análise de Política Externa (APE), fundamentaram teoricamente a ampliação da agenda e a participação de novos atores no processo decisório, em uma lógica relacional entre o internacional e doméstico (PINHEIRO; MILANI, 2012, p. 36-42).

Os Modelos de Análise também auxiliaram nesse processo de ampliação dos estudos. Merece destaque as concepções de Hermann (1990). Para ele, a mudança faz parte da natureza da política externa e das relações internacionais, por isso a condução da política externa precisa ser analisada, vislumbrando possíveis alterações, mesmo que haja certa linearidade. De acordo com Hermann (1990), que está fundamentado nessas abordagens mais pluralistas de disciplina, a tomada de decisão da política externa é influenciada por fatores internos e externos. Os constrangimentos externos podem interferir no comportamento dos Estados no nível internacional. No entanto, apesar de a política externa ter um perfil reativo ao cenário internacional, sua condução não depende apenas de fatores externos. O âmbito doméstico influencia nesse processo. Diversos agentes institucionais podem alterar a agenda de política externa, dessa forma o fator eleitoral também influencia nesse processo.

Com base nessa literatura, almeja-se explorar a democratização da política externa brasileira, dando relevo para a influência do ambiente doméstico no processo decisório. A PEB se articulou, historicamente, de maneira centralizada. No entanto, com a globalização e o processo de redemocratização política, a pasta internacional, marcada pelo profissionalismo do Ministério de Relações Exteriores, ganhou transversalidade institucional, em função da complexidade cada vez maior das pautas internacionais.

A política externa foi historicamente formulada, através da concentração de poder do Executivo, especialmente, em função do insulamento burocrático do Itamaraty (CHEIBUB, 1985). A centralidade em torno do poder Executivo, especialmente em

relação ao insulamento burocrático do Itamaraty, foi sendo cada vez mais questionada. Com a Constituição de 1988, os mecanismos institucionais de atuação de outros atores, especialmente do Poder Legislativo, passaram a se constituir como uma importante agenda de pesquisa.

Para atingir esse objetivo, são explorados, na segunda seção, os conceitos apontados por Hermann sobre Análise de Política Externa. A terceira seção aborda, de maneira panorâmica, o processo decisório e o Poder Executivo. Por fim, a quarta seção discute a democratização da política externa e a participação do Legislativo. Ao final, são feitas considerações finais a respeito da atuação do Congresso Nacional como determinante para legitimar o posicionamento internacional do Brasil.

## 2 | MODELO DE HERMANN DE ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

Modelos de análise de política externa não permitem abarcar toda a complexidade social, política e econômica de um Estado. Ao contrário, nos modelos, são selecionadas unidades de análise específicas, de modo a identificar, através de um procedimento teórico e metodológico bem definido, como as variáveis podem interagir afetando a *policy*. São instrumentos de interpretação a respeito das tomadas de decisão e de suas influências, relacionadas à burocracia, à elite partidária, aos grupos de interesse, à opinião pública, etc. Nas palavras de Solomón e Pinheiro (2013, p. 40): “o que outorga especificidade à APE é seu foco nas ações internacionais de unidades particulares”.

Vale ressaltar que essa subárea concede especial atenção ao *processo de tomada de decisão* em política externa dos Estados, mas não é estritamente vinculada a eles, porque considera a ação de outros atores internacionais, abrindo margem para uma interdisciplinaridade. Além disso, suas concepções também podem ser utilizadas, diante de determinados contextos, como, por exemplo, na análise das tomadas de decisão de organizações não-governamentais (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 41-42).

De acordo com Hermann (1990), a mudança é parte integrante da natureza da política externa e das relações internacionais, como elemento fundamental para que um Estado se adapte a novas realidades. Diante da mudança, que pode ser influenciada por fatores domésticos e internacionais, torna-se relevante compreender como esse processo de transformação estrutura a tomada de decisão de um Estado. Para compreender o modelo, é basilar pontuar a definição de Hermann (1990, p. 5) sobre o que é, de fato, política externa:

É um programa orientado por um objetivo ou orientado por um problema definido por autoridades tomadoras de decisão (ou por seus representantes) direcionada para entidades fora da jurisdição política desses tomadores de decisão. Em outras palavras, é um programa (plano) projetado para resolver algum problema ou exercer alguma meta que acarrete em uma ação direcionada para entidades estrangeiras (tradução nossa).

Hermann (1990) pontua que, ao longo do século XX, as Grandes Guerras e a Guerra Fria influenciaram muitas reorientações de políticas externas dos Estados, ao estabelecer novas visões sobre os conflitos Leste/Oeste, sobre o desenvolvimento, sobre cooperação, etc. A América do Sul, incluindo o Brasil, também fez parte desse contexto de transformações, especialmente em função das transições de regimes autocráticos para os democráticos, durante as décadas de 1980 e 1990.

Segundo Hermann (1990), as variáveis internas e externas são cruciais para a análise de casos de reorientação da política externa. Essas mudanças não são estimuladas apenas por alterações de regimes políticos. Novas eleições, promovendo a formação de um novo governo, também são capazes de reorientar a política externa. O Modelo de Hermann (1990) é, portanto, um esquema estrutural que auxilia na compreensão sobre a reorientação da política externa. De acordo com Hermann (1990), as mudanças podem ser escalonadas, de modo a compreender qual é a sua magnitude. Hermann (1990) elencou quatro níveis de mudança: *alteração de ajuste*; *mudança de programa*; *mudança de objetivo*; e *reorientação internacional*.

Essas mudanças, em seus diferentes níveis, podem ter características e motivações profundas. Podem ser sociais, econômicas e políticas. Porém, vale ressaltar que as reorientações podem ser tanto positivas quanto negativas, por isso é preciso identificar suas particularidades e suas consequências. Quando as transformações são negativas, é essencial constatar as motivações que as impulsionaram, buscando a reparação mais apropriada. Verificar quão profundas são essas alterações tanto para a política doméstica quanto para a internacional é essencial para que o Estado se posicione de maneira adequada internacionalmente (HERMANN, 1990, p. 1-5).

Os quatro níveis de reorientação podem acontecer diante de determinadas condições acessórias. Hermann (1990) elenca algumas: *alteração de sistemas políticos nacionais*, que pode vir a incidir em uma modificação na composição das elites; *tomada de decisão burocrática*, diante de agentes políticos capacitados que podem contribuir ou resistir para a superação de um problema; *transmissão de informação*, que auxilia em uma mudança de ajuste, uma vez que a comunicação, essencial ao processo de negociação, também pode, seja pela má interpretação ou pelo uso estratégico, ajudar ou atrapalhar no controle da situação em questão; ou *aprendizado*, quando há conhecimento sobre conjunturas pregressas.

O âmbito doméstico importa para a política externa. As alterações domésticas são condicionantes, porque a política externa é, de modo geral, conduzida pelos governos. Dessa forma, a maneira como ele se organiza, em torno de determinadas temáticas pode influenciar na reorientação. Um exemplo mencionado por Hermann (1990) diz respeito às transformações de um Estado prioritariamente agrário rumo à industrialização.

Ao considerar que o âmbito doméstico importa, torna-se mais fácil compreender o porquê de os sistemas políticos nacionais também serem uma condicionante para

a política externa. A política gira em torno do apoio de determinados segmentos ou grupos ao governo para que haja governabilidade. Em regimes democráticos, é através das eleições que esses governantes podem se manter no poder, continuando a formular a política externa de um Estado. As eleições, neste sentido, são um mecanismo utilizado para premiar ou para punir um candidato, especialmente em caso de reeleição, concedendo ao vencedor das eleições a legitimidade para governar. Cada ator político possui um perfil, que pode estar vinculado a sistemas clientelistas, a sindicatos, a grupos religiosos, a militares, a grupos originários, a oligarquias de agronegócio, etc. O posicionamento de setores da elite partidária, da base eleitoral ou de grupos de interesses com relação ao governo influencia no processo de deliberação sobre temas de política externa, principalmente quando há novas eleições e um novo governante assume um cargo público, ou seja, *constituencies* são muito importantes para a condução da política externa. Hermann (1990, p. 6-8), aponta que a maioria dos estudos sobre a reorientação da política externa vinculada aos sistemas domésticos tiveram como foco os EUA, analisando a influência da opinião pública, das elites partidárias, dos partidos políticos e da oposição no processo de condução da política externa.

Vale ressaltar que o artigo de Hermann foi escrito em 1990, porém, apesar dos avanços nos estudos sobre mudanças na política externa, ainda há muito a ser explorado, especialmente com relação ao caso brasileiro. Dessa forma, expandindo a análise para além da dinâmica estadunidense, é possível inferir que, dependendo do apoio interno às políticas adotadas e do vínculo de grupos de interesses, das *constituencies* e das elites partidárias a setores do governo, a política externa de um Estado também pode sofrer reorientação. Essa possibilidade está fundamentada no fato de o âmbito doméstico influenciar na formulação e no processo de tomada de decisão da política externa (HERMANN, 1990, p.6-8).

Diante desses fatores que influenciam as mudanças, Hermann, elenca quatro possíveis agentes transformadores da política externa. São eles: o líder, a burocracia, a reestruturação doméstica e os choques externos (HERMANN, 1990, p. 6-10).

Os *líderes* são indivíduos que agregam suas percepções e visões de mundo à dinâmica política. Eles são capazes de alterar a política externa, diante de quaisquer contextos que exijam modificações. As lideranças dispõem de influência burocrática, por isso podem modificar a política externa. Quando novas lideranças surgem, elas podem identificar alternativas políticas, gerando a reorientação. Dessa forma, a mudança de governo pode influenciar nesse processo. Já a *burocracia*, segundo agente transformador elencado por Herman (1990), é composta pelos altos funcionários, não necessariamente por todos eles, mas sim por grupos que se interessam pela pasta internacional. A *reestruturação doméstica*, terceiro agente transformador, pode se manifestar quando as bases de apoio à governabilidade são desestruturadas. Por fim, o último agente transformador corresponde aos *choques externos*. Esses choques acontecem fora das fronteiras do Estado em questão. São eventos internacionais

difíceis de serem ignorados e que promovem mudanças na forma como os Estados se comportam internacionalmente. Diante da natureza globalizada e da interdependência entre os Estados, os impactos de *choques externos* são sintomáticos e exigem mudanças de posicionamento político (HERMANN, 1990, p 2-14).

Esses quatro agentes apontados por Hermann (1990) possuem potencial de transformação. Podem estar envolvidos no processo de tomada de decisão e conseqüentemente na possível reorientação da política externa.

De maneira substancial, essa abordagem pluralista que considera o âmbito interno passou a investigar o Legislativo e as elites políticas, enquanto burocracia e lideranças. Dessas pesquisas, destacam-se as contribuições de Lisa Martin (2000), sobre a legitimidade da tomada de decisão, quando vinculada ao crivo do Poder Legislativo.

As pesquisas sobre a participação do Poder Legislativo na política externa têm sido cada vez mais exploradas. Sobre os Modelos de Análise de Política Externa, especialmente o de Charles Hermann, dois trabalhos merecem destaque, porque aplicam o Modelo de Hermann ao caso brasileiro, a saber: Vigevani e Cepaluni (2007) e Cornetet (2014). No entanto, apesar dos avanços da literatura, no Brasil, os estudos sobre o nível doméstico ainda estão prioritariamente vinculados ao Poder Executivo. Dessa forma, esta análise representa um esforço em explorar a participação do Legislativo na tomada de decisão em política externa, especialmente no movimento de democratização da política externa, historicamente centrada no Poder Executivo.

### 3 | PROCESSO DECISÓRIO E PODER EXECUTIVO

A ordem jurídica do Brasil para lidar com tratados internacionais é fundamentada no sistema dualista, em que o nível interno e o internacional precisam atuar conjuntamente para a consecução de política externa, fazendo com que os Atos Internacionais sejam legitimados, respeitando os princípios da Constituição de 1988. Os acordos são firmados internacionalmente por representantes diplomáticos, de maneira provisória. Esses acordos tornam-se efetivos apenas quando o nível doméstico os legitima. Por isso, todos os agentes transformadores de nível interno, descritos por Hermann (1990), influenciam a política externa brasileira.

No Brasil, em função de uma construção histórica, as principais lideranças envolvidas no processo de tomada de decisão estão prioritariamente relacionadas ao Poder Executivo. O Itamaraty é a principal instituição do poder Executivo responsável pela implementação da política externa, tanto regional quanto internacionalmente (PLANALTO, 2002).

Cheibub (1985) é uma das principais referências da literatura sobre o processo de burocratização e especialização técnica do Itamaraty, que culminou no seu insulamento.

O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel. Esta redução da arena é efetivada pela retirada de organizações cruciais do conjunto da burocracia tradicional e do espaço político governado pelo Congresso e pelos partidos políticos, resguardando estas organizações contra tradicionais demandas burocráticas ou redistributivas (NUNES, 2003, p. 34).

Para Cheibub (1985), a diplomacia brasileira passou por três fases principais: *diplomacia imperial*, *diplomacia carismática* e *diplomacia burocrático-racional*. A *diplomacia imperial* foi um período marcado pelo patrimonialismo e pela condução da política externa feita pela elite. Esse período se inicia com o reconhecimento internacional da independência do Brasil e a sua consequente inserção internacional até a chegada do Barão do Rio Branco ao comando do Itamaraty, entre 1902-1912. A segunda fase corresponde à *diplomacia carismática*, em que o personalismo do Barão do Rio Branco imprimiu a centralização do Itamaraty. Por fim, a *diplomacia burocrático-racional* representou o fortalecimento institucional, especialmente a partir da década de 1930, em que os diplomatas já não eram mais recrutados por pertencerem à elite, mas sim por suas capacidades, através de instrumentos de seleção como o concurso público.

Vale destacar que diante dessa construção histórica fundamentada no patrimonialismo e no personalismo, atingir um nível de qualificação burocrática não era considerado lesivo, visto que havia uma intencionalidade de construir um ambiente burocrático com racionalidade neutra, distante da influência partidária. Porém, ao longo do tempo, essa condição produziu um isolamento do Itamaraty de outras esferas públicas, fazendo com que as conexões com outras instituições governamentais, com a sociedade civil e com as elites partidárias ficassem à margem no processo de tomada de decisão. Pode-se dizer que a política externa brasileira era pouco inclusiva, em função da falta de mecanismos institucionais que permitissem o diálogo entre o Itamaraty e a sociedade em si.

Depois da Guerra Fria, a política externa brasileira começou a se democratizar. De acordo com Lopes (2011, p.68), os arquivos do Itamaraty, que historicamente eram guardados a portas fechadas, tornaram-se disponíveis para consulta pública, a partir de 1992. Essa medida foi simbólica, porque permitiu um avanço nas pesquisas sobre política externa, ao garantir o acesso de pesquisadores ao acervo do Itamaraty. Apesar dessa característica de insulamento, com a redemocratização do Brasil e com a ampliação da globalização, o setor burocrático brasileiro ampliou sua agenda para temas mais plurais, fazendo com que esse insulamento se diluísse em função da necessidade de cooperação com outras instituições do governo.

Milani e Pinheiro (2013, p.17) apontam que, com a globalização, diversos temas internacionais foram incorporados por outras agências do governo, o que estimulou a cessão de servidores do Itamaraty a outras agências do governo, com o objetivo

de melhor articular as pautas internacionais e as *issue areas*, em outras instâncias governamentais. Essa troca permite uma transversalidade de temas, possibilitando a ampliação da *accountability horizontal* (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 32-35).

É justamente essa nova articulação institucional, cada vez mais intensa, que amplia a discussão sobre a diluição do insulamento burocrático do Ministério das Relações Exteriores na formulação de política externa, tornando-a paulatinamente mais democrática.

A transição para um regime democrático no Brasil fez com que houvesse um estímulo à politização dos temas de política externa, tornando-os mais próximos da sociedade, gerando discussões e um certo nível de interesse por participação. Com o envolvimento cada vez maior da academia e da opinião pública, essa demanda por uma porosidade institucional no Itamaraty foi se fortalecendo. Vale destacar também que a iniciativa do governo, em 2014, de criar o Livro Branco da Política Externa é válida, porque almeja transformar os princípios, valores e prioridades da política externa brasileira em informações de caráter explicitamente público, facilitando o diálogo entre diplomatas e a sociedade civil.

Essa abertura institucional se reflete, em especial, nos estudos acadêmicos. Mesmo com abordagens ainda focadas prioritariamente no aspecto histórico, com pouco viés analítico, os estudos brasileiros estão cada vez mais maduros e sofisticados, fazendo uso do arcabouço teórico de Análise de Política Externa. O número de pesquisas e de grupos de estudos sobre política externa tem se ampliado, ainda que esses estudos não sejam efetivamente incorporados pelo governo na formulação de uma estratégia de política externa como se fossem *think tanks*.

Essa tendência a horizontalizar a tomada de decisão de política externa é importante para ampliar a democracia brasileira. Isso porque a lógica democrática indica o aumento da participação de diversos setores na política externa, ou seja, na medida em que a democracia se consolida, a política externa é mais discutida pela sociedade. Essa democratização amplia também os mecanismos de *accountability vertical, horizontal e social*.

No exercício dessas funções, o Itamaraty tem que estar sempre aberto ao diálogo com todos os setores da sociedade; tem que estar muito próximo do Parlamento, do Judiciário e de outras instâncias do Governo federal, estadual e municipal; e tem que saber ouvir os conselhos, as recomendações e as críticas construtivas, sempre em nome do aprimoramento do serviço exterior e da política externa brasileira (FIGUEIREDO MACHADO, 2014).

A tomada de decisão na política externa brasileira é multicausal (HERMANN, 1990). Ou seja, é resultante da interação e da influência de diversos fatores e atores. É diante do processo de descentralização decisória que a próxima seção aborda a participação do poder Legislativo.

## 4 | DEMOCRATIZAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO

No tocante à PEB, três abordagens conceituais são importantes para se pensar a construção do processo decisório em política externa: insulamento burocrático do MRE (CHEIBUB, 1985); a conceituação de PEB como uma política pública (MILANI; PINHEIRO, 2013; RATTON SANCHEZ et al. 2006); e o Legislativo como *veto player* institucional (TSEBELIS, 1995).

Para entender o insulamento burocrático, é preciso realçar que, na América do Sul, as preferências de política externa não são marcadamente um elemento determinante de voto. Essa perspectiva, atualmente em questionamento, se justifica pela construção centralizada do processo decisório no Executivo, fazendo com que outras instituições apresentem baixo perfil de atuação (ONUKI; NUNES DE OLIVEIRA, 2006, p. 145-155).

No Brasil, o processo decisório de política externa esteve concentrado nas instâncias do Poder Executivo, especialmente no Ministério das Relações Exteriores (MRE), classificado como técnico e apartidário (INACIO; REZENDE, 2015). Essa construção objetivava a formação de uma burocracia neutra e especializada (CHEIBUB, 1985). No entanto, esses desdobramentos promoveram um insulamento burocrático, marcado pela dinâmica *topdown*, que consiste no processo de formulação da política externa brasileira, prioritariamente estruturado de maneira centralizada e hierárquica, distante das demandas da sociedade civil e de demais atores estatais (FARIA, 2008).

Apesar dessa assertiva histórica, a centralidade decisória do Executivo nas pautas de política externa tem sido questionada pela literatura (MILANI, 2012, p. 36-42; LIMA, 2000; FARIA, 2012), especialmente no contexto de redemocratização, ao presumir uma horizontalização interministerial (FRANÇA; SANCHEZ, 2009) e uma maior politização e participação do Legislativo nas pautas de política externa (ANASTASIA; MENDONÇA; ALMEIDA, 2012).

Assim, a Constituição de 1988 estrutura a arquitetura do processo decisório em política externa. Cabe destacar que Ministério de Relações Exteriores (MRE) exerceu papel fundamental no desenho constitucional, tanto como *fonte* quanto como *agente*, especialmente no que tange aos princípios da política externa e aos mecanismos institucionais *ex ante* e *ex post* de *decision making process* (LOPES; VALENTE, 2016). O Legislativo brasileiro dispõe constitucionalmente da competência de aprovar os Atos Internacionais (Art. 49, *caput* e inciso I), celebrados pelo Executivo (Art. 84, *caput* e inciso I) (BRASIL, 1988). No entanto, além do imperativo constitucional, a literatura tem apontado que, depois da redemocratização, os parlamentares são atores interessado em política externa (DINIZ, 2014; ANASTASIA; MENDONÇA; ALMEIDA, 2012; SANTIAGO, 2016).

Para a política externa brasileira (PEB), o Executivo e o Legislativo desempenham importância fulcral no processo de incorporação dos Atos Internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro. Levando a cabo as considerações sobre a ratificação

de Atos Internacionais em regimes democráticos, como dispõe Teoria do Jogos de Dois Níveis de Putnam (2010), o Executivo é um negociador que atua nas duas fases de negociação, tanto no nível doméstico quanto internacional, ao passo que o Legislativo atua somente no nível doméstico. Assim, ambos os arranjos institucionais precisam cooperar para o garantir o *win-set*.

O sucesso da incorporação do Ato Internacional ao ordenamento jurídico doméstico depende do consentimento do Legislativo. A instituição pode atuar com convicção positiva, ao fazer uso de *defecção voluntária* ou *involuntária*, ao aprovar ou ao rejeitar um Ato Internacional. Mas também pode ser compelida pela coalizão presidencial, assentindo o acordo provisório negociado internacionalmente pelo Presidente ou por seus plenipotenciários (PUTNAM, 2010).

Os meandros que levam à tomada de decisão pela defecção, aprovação ou rejeição podem ser difíceis de serem identificados. Portanto, é a capacidade de negociação do Presidente que vai determinar o *win-set*, desencorajando a *defecção* e a rejeição para que o Ato Internacional seja aprovado. Assume-se, portanto que o Presidente é um *decision maker* fulcral para a composição da coalizão (PUTNAM, 2010).

A governabilidade tem sido construída pelo presidencialismo de coalizão, de modo a criar preponderância do poder Executivo, por isso as variáveis relacionadas ao Executivo influenciam na aprovação dos Atos Internacionais tanto bilaterais quanto multilaterais. O Legislativo almejando ganhos eleitores aprecia os votos disciplinarmente (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001).

A ratificação enfrenta os desafios do jogo político doméstico, absorto pelas coalizões presidenciais (ABRANCHES, 1988) e pela preponderância do Executivo no processo decisório (SANTIAGO, 2016). A articulação partidária em torno da coalizão transita inevitavelmente sobre a política externa (ALMEIDA, 1986). Neste sentido, argumenta-se que a conformação partidária em torno de bases de apoio ou de oposição ao presidente em exercício permite a governabilidade ou o engessamento das negociações. Assim, assume-se que o interesse do Legislativo estaria condicionado à coalizão presidencial, especialmente em função da disciplina partidária (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001). De acordo com Limongi e Figueiredo (1998, p. 81-83), a referência legislativa é a organização partidária, não o legislador em si, por isso em votações, os legisladores acompanhariam o voto do partido.

Essa disciplina partidária (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998; AMORIM NETO; SANTOS, 2011) incitou discussões sobre os mecanismos de controle do Legislativo sobre o Executivo, especialmente em temas de política externa, em que o Presidente possui *monopólio da iniciativa legislativa* (LIMONGI, 2006; BRASIL, 1988).

Porém, de acordo com as pesquisas de Diniz (2012; 2014) a influência do Executivo sobre o Congresso Nacional pode explicar o porquê de as deliberações do Executivo quanto aos Atos Internacionais adquirirem grandes índices de aprovação. Porém, essa aprovação pode não se tratar apenas de uma vantagem do grupo

governista com relação a oposição, mas sim de um interesse real de parlamentares em discutir a temática de política externa. Por isso, o Legislativo é interpretado como um ator interessado em política externa.

Desde a redemocratização, a *política externa* foi paulatinamente sendo considerada uma *política pública* (MILANI; PINHEIRO, 2013; RATTON SANCHEZ et al. 2006; SILVA, 2015), especialmente em função da pluralidade e da transversalidade de novos temas e atores. Os impactos domésticos das tomadas de decisões sobre a pasta condicionaram o estabelecimento e a regulamentação de ações sistemáticas de atores governamentais.

Em consequência, a dinâmica interna, com atores domésticos participantes do processo decisório, especialmente o Poder Legislativo, ganhou proeminência no debate sobre democratização da pasta internacional (FIGUEIRA, 2009; FARIA, 2012; LOPES, 2013). Essa conexão permitiu uma ressignificação da noção de *accountability horizontal* e dos mecanismos de *checks and balances* (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Esses mecanismos de relacionamento institucional se manifestam, no Art. 50 da Constituição de 1988, através de pedidos de informação, consultas ministeriais, discussões nas Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), além da possibilidade de aprovação ou de rejeição dos Atos Internacionais, cuja competência é atribuída ao Congresso Nacional, conforme Art. 49, diante de “encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” (BRASIL, 1988).

Os Atos são negociados internacionalmente pelo Poder Executivo. Posteriormente, são encaminhados para a apreciação do Congresso Nacional, que constitucionalmente detém a prerrogativa de veto. A capacidade de exercê-lo pode transformar o Legislativo em um *veto player institucional* (DINIZ, 2014; BRASIL, 1988; TSEBELIS, 1995; ANASTASIA; MENDONÇA; ALMEIDA, 2012).

Com o processo de redemocratização do Brasil, o Legislativo e o Judiciário têm se articulado cada vez mais com os grupos de interesse, com a opinião pública e com a mídia, etc. Esse processo cada vez mais participativo, no entanto, ainda não se configurou em agente de transformação efetiva. Ainda há assimetria participativa entre os três Poderes e entres os Poderes e a sociedade, no tocante aos temas de política externa, posicionando o Legislativo e do Judiciário em um lugar distante da posição de agente transformador da política externa, como descritos no modelo de Hermann (1990).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise de Política Externa tem se pautado cada vez mais no pluralismo teórico e metodológico para fornecer melhores subsídios para compreender o processo

decisório em política externa, motivado por redes cada vez mais complexas de fatores domésticos e internacionais.

No Brasil, essa agenda de pesquisa, cuja origem data da década de 1990, ainda é incipiente, especialmente quando se relaciona com as variáveis domésticas que afetam o processo decisório. As pesquisas precisam avançar no detalhamento desse processo, com relação à participação do Legislativo, às conexões político-partidárias, à coalizão presidencial no Congresso Nacional, ao espectro ideológico do Legislativo e do Executivo e possível influência na construção da agenda e dos interesses nacionais, além da conexão interministerial, cada vez mais frequente, etc. Neste sentido, há uma clara demanda por estudos empíricos que explorem essas unidades de análise, ampliando a Política Externa Brasileira para um escopo estratégico-analítico, indo muito além de estudos históricos sobre continuidades e rupturas.

O Legislativo constitucionalmente, desde o início da República, dispõe de prerrogativas para atuar *ex post* no processo decisório de aprovação dos Atos Internacionais. Mas, deter o poder de veto não implica necessariamente em exercê-lo. Este ponto de inflexão associa inevitavelmente os estudos legislativos ao relacionamento com o poder Executivo (SILVA; SPOHR, 2016). Portanto, a política externa, estruturada historicamente como uma política de Estado, pouco sensível à dinâmica político-partidária, passa a lidar hodiernamente com uma conjuntura de participação institucional do Legislativo, já anunciada por alguns pesquisadores, como um imperativo democrático.

O fato de o Brasil ter transitado por governos autocráticos, durante o Estado Novo e durante a Ditadura Militar, concedeu retração no processo de consolidação do Legislativo como um ator que exerce, de fato, poder de veto em política externa. A democratização da política externa brasileira é lenta, mas indica uma evolução. Em uma construção democrática, a participação efetiva do Legislativo na tomada de decisão é imprescindível para garantir maior legitimidade nas tomadas de decisão, especialmente diante da concepção de que política externa é uma política pública.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados** – Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol.1, 1988.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Os Partidos Políticos na política externa. **Revista de informação legislativa**: v. 23, n. 91, 1986.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. **Dados**, v. 44, nº 2, 2001.

ANASTASIA, Fátima; MENDONÇA, Christopher; ALMEIDA, Helga. Poder legislativo e política externa no Brasil: jogando com as regras. **Contexto Internacional**, v. 34, nº 2, 2012, p. 617-657.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal,

1988.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CHEIBUB, Zairo. Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica. **Dados**, v. 28, nº 1, 1985.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Austral** [online], v. 5, nº 24, 2014.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1999.

DINIZ, Simone. O Senado Federal e a Deliberação de Atos Internacionais no Presidencialismo Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, nº 80, 2012.

DINIZ, Simone. **Política externa e poder legislativo no Brasil pós-redemocratização**. São Paulo: EdUFSCar, 2014.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, nº 2, 2008.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 34, nº 1, p. 311-355, 2012.

FIGUEIRA, Ariane C. R. **Processo decisório em política externa no Brasil**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo – FFLCH, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FIGUEIREDO MACHADO, Luiz Alberto. **Discurso do Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado por ocasião da sessão de abertura dos “Diálogos sobre Política Externa”**. Brasília, 26 fev. 2014. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_tags&view=tag&id=131-dialogos-sobre-politica-externa&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=131-dialogos-sobre-politica-externa&lang=pt-BR)>. Acesso em: 21 ago. 2018.

FRANÇA, Cássio; SANCHEZ, Michelle Ratton. A horizontalização da política externa brasileira. **Valor Econômico**, 24 abr. 2009. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/449319/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

HERMANN, Charles F. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, nº 1. 1990.

HUDSON, Valerie M. The history and evolution of foreign policy analysis. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia, DUNNE, Tim (Orgs.). **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

INACIO, Magna; REZENDE, Daniela. Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas. **Opin. Publica**, Campinas, v. 21, nº 2, p. 296-335, 2015.

KIEWIET, R.; MCCUBBINS, M. **The logic of delegation: congressional parties and the appropriations**

process. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, nº 2, 2000.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, nº 76, p. 17-41, 2006.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, São Paulo, nº 44, p. 81-106, 1998.

LOPES, Dawisson Belém. **Política Externa e democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

LOPES, Dawisson Belém; VALENTE, Mario Schettino. A Construção Social dos Princípios Conformadores e das Normas Programáticas de Política Externa Brasileira na Constituição Federal de 1988. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, nº 4, p. 995-1054, out. 2016.

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, nº 1: p. 67-86, 2011.

MARTIN, Lisa. **Democratic commitments**: legislatures and international cooperation. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MILANI, Carlos. Atores e agenda no campo da política externa brasileira de direitos humanos. In. PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos. **Política externa brasileira**: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto int.** [online], v.35, nº 1, 2013, p. 11-41.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

NUNES DE OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva. Legislativo e Política Externa: das (in) conveniências da abdicação. **Working Papers Caeni**, nº 3, 2003.

ONUKI, Janine; NUNES DE OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva. Eleições, Política Externa e Integração Regional. **Rev. Sociol. Polít., Curitiba**, n27, 2006, p. 145-155.

PLANALTO. **Decreto nº 4.118. 7 fev.** 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4118.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4118.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2018.

PRETO, Alessandra Falcão. **O conceito de diplomacia presidencial**: o papel da Presidência da República na formulação de política externa. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-16102006-195630. Acesso em: 20 jun. 2017.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos. **Política externa brasileira**: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PUTNAM, Robert. **Diplomacy and Domestic Politics**: the logic of two level games. International Organization. v. 42, nº 3, 1988, p. 427-460.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Rev. Sociol.**

**Polít.**, Curitiba, v. 18, nº 36, p. 147-174, 2010.

RATTON SANCHEZ, Michelle et al. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, nº 27, p. 125-143, 2006.

SALOMÓN, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. bras. polít. int.** [online], v.56, nº1, p. 40-59, 2013.

SANTIAGO, Rodrigo da Silva. **Os parlamentares são omissos ao debate da política externa?** Um exame dos atos internacionais no Congresso Nacional. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

SILVA, Danielle. Política Externa é Política Pública: reflexões sobre a política externa. **Neiba**, v. IV, nº1, ago., 2015.

SILVA, André Luiz Reis; SPOHR, Alexandre Piffero. A relação entre executivo e legislativo na formulação de política externa no Brasil. **Relações Internacionais**, nº 50, jun. 2016, p. 123-140.

TSEBELIS, G. **Processo decisório em sistemas políticos:** veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, 1995.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional** [online], v.29, nº2, p. 273-335, 2007.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-052-0

